

Critérios de Pesquisa:

Período: 01/04/2024 a 30/04/2024

Indexação: "Reforma Tributária" or "PL 3887/2020" or "PEC 45/2019" or "PEC 110/2019"

Documento 1/11

49.2024	Sessão Ordinária - CD	09/04/2024-17:00
Publ.: DCD - 10/04/2024	Heitor Schuch-PSB -RS	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou a sua firme oposição a qualquer aumento de impostos no Brasil, seja em nível federal, estadual ou municipal. Ressaltou que a reforma tributária tinha como objetivo reduzir a carga tributária e preservar a receita dos Estados e Municípios. Criticou a tentativa do Governador do Rio Grande do Sul de aumentar o ICMS, explicando que isso foi rejeitado no Congresso Nacional e não deve ser aceito pelos Estados. Expressou solidariedade ao Deputado Estadual Elton Weber, que também se opõe ao aumento de impostos. Concluiu reiterando sua posição firme contra qualquer medida que eleve a carga tributária sobre alimentos e a agricultura, propondo discussões sobre incentivos fiscais e outras alternativas para suprir a necessidade de receita sem onerar os contribuintes.

O SR. HEITOR SCHUCH (PSB - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados, Deputadas e estimado povo brasileiro, não cabe mais aumento de impostos. Digo, sublinho e repito: não cabe mais aumento de impostos no Brasil, nem na esfera federal, nem na esfera estadual, nem na esfera municipal. Vale dizer que um dos pressupostos da reforma tributária foi exatamente este: reduzir o número de impostos e tributos. E foi exatamente com esta perspectiva que se votou e aprovou nesta Casa a reforma tributária, para preservar a receita de Estados e Municípios.

No meu Estado do Rio Grande do Sul, o Governador apresentou um projeto de lei elevando o ICMS em 2 pontos percentuais, inicialmente com o argumento de que era necessário em função da reforma tributária votada no Congresso Nacional, e dava a entender que a participação dos Estados no bolo tributário se daria com base na receita futura dos Estados.

Esse argumento foi derrubado no Plenário desta Casa, retirando o argumento dos Governadores que buscavam aumentar as suas receitas. Esse assunto está

vencido.

Como a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul não se dispôs a votar o aumento de tributos, o Governador, então, publicou um conjunto de decretos tributando, basicamente, a cesta básica e o setor primário, o setor rural, a partir de 1º de abril, mas, devido à pressão das entidades majoritariamente empresariais, adiou a entrada em vigor deles para tentar novamente passar o projeto do aumento de impostos na Assembleia — o que, convenhamos, dificilmente será aprovado.

Eu quero aqui prestar a minha solidariedade ao meu colega de profissão, ao meu colega de partido, Deputado Estadual de terceiro mandato, o mais votado do PSB, Deputado Elton Weber, que tem votado sistematicamente contra o aumento de carga tributária e que já manifestou que vai votar contra de novo se o projeto for reapresentado. Ele foi, inclusive, vítima de mentiras, de inverdades espalhadas pelo Rio Grande do Sul de que ele seria a favor, teria votado a favor, o que não é verdade. E o que é mais grave? Um jornal até escreveu que este Deputado que vos fala, Heitor Schuch, que é Deputado Federal, teria votado e aprovado o projeto na Assembleia Legislativa, algo que não tem nenhum fundamento.

Por fim, Presidente, eu reitero que nós somos contra qualquer aumento de tributos, em especial sobre a agricultura e os alimentos que chegam à mesa do povo brasileiro. Se os Governos vão precisar de mais tributos, de mais receitas, precisamos avançar na discussão dos incentivos fiscais, da dívida pública e de outras questões.

Repito e termino: somos contra o aumento de impostos. Nós não vamos votar isso, e, portanto, eu quero concluir com a frase que eu comecei: não cabe mais aumento de impostos no Brasil!

Tenho dito.

Muito obrigado.

Documento 2/11

65.2024	Sessão Ordinária - CD	23/04/2024-20:49
Publ.: DCD - 24/04/2024 -	Rubens Pereira Júnior-PT -MA	
	ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou a relação colaborativa entre Executivo e Legislativo, apesar de divergências normais. Ressalta a importância do diálogo e cooperação para o progresso do País, mencionando sucessos legislativos como

a Proposta de Emenda à Constituição da transição de Governo e a reforma tributária. O Deputado alertou para a existência de setores que preferem ver o Governo falhar e destacou a necessidade de superar barreiras partidárias em prol do Brasil.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO RUBENS PEREIRA JÚNIOR (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).

Discurso feito pelo Senhor

Deputado Rubens Pereira Júnior (PT/MA)

Na Sessão de 23/4/2023

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nos termos do Regimento Interno, e dada a impossibilidade de leitura em plenário, solicito a V.Exa. que seja dado como lido, para efeito de registro nos Anais desta Casa, este discurso de minha autoria.

É com base no compromisso que assumimos com o povo brasileiro que subo a esta tribuna hoje para falar sobre a dinâmica atual entre o Executivo e o Legislativo. Em meio a um cenário de narrativas conflitantes, é essencial que esclareçamos a verdadeira natureza das relações entre nossos poderes.

Primeiramente, quero enfatizar que a articulação política, por sua própria natureza, envolve negociações e ajustes contínuos. O que muitas vezes é interpretado como crise, na realidade, não passa de ocorrências normais na política. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva deixou isso muito claro em suas recentes declarações, ressaltando a tranquilidade e o otimismo na interação com o Congresso Nacional. Estamos trabalhando juntos, de maneira produtiva e eficaz, com vistas a aprovar legislações que promovam o bem-estar do nosso povo.

Os desafios são inerentes ao processo democrático, especialmente em um parlamento tão diversificado como o nosso, que abriga múltiplas visões políticas. É natural que haja debates e que diferentes pontos de vista sejam expressos quando se discutem projetos de lei e medidas provisórias. Isso não é uma crise; isso é democracia em ação.

Além disso, destacamos os sucessos já alcançados, como a aprovação da PEC da Transição e a reforma tributária. Essas vitórias legislativas não são triviais. Elas demonstram a capacidade deste

governo de unir diferentes forças políticas em torno de objetivos comuns, em benefício do país.

Crucialmente, é preciso compreender que as divergências são muitas vezes ampliadas por aqueles que não desejam o progresso do Brasil. Há setores que preferem ver o governo falhar, independentemente das consequências para a nação. Como representantes do povo, nosso dever é transcender essas barreiras partidárias e focar no que realmente importa: o futuro do nosso país.

Reafirmo, portanto, que a relação entre o Executivo e o Legislativo é robusta e está orientada para alcançar as aspirações de nossa sociedade. O diálogo continua forte e, com a colaboração de todos, continuaremos a superar os desafios e a implementar a agenda que o Brasil precisa para avançar.

Não é hora de alimentar crises fictícias, mas de reforçar a cooperação em todos os níveis do governo. Unidos, temos a responsabilidade e a capacidade de guiar nosso país rumo a um futuro próspero e justo para todos os brasileiros.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

Documento 3/11

65.2024

Sessão Ordinária - CD 23/04/2024-20:49

Publ.: DCD - 24/04/2024 - Acácio Favacho-MDB -AP

ENCERRAMENTO

DISCURSO ENCAMINHADO
DISCURSO

Sumário

O Deputado ressaltou a importância da continuidade da reforma tributária no Brasil, destacando os avanços já alcançados, como a simplificação de tributos e a busca por equidade. Enfatizou a necessidade de um sistema fiscal transparente e eficiente, que promova competitividade global e proteja os mais vulneráveis da sociedade. Conclamou todos os envolvidos a seguirem com determinação nessa jornada, visando um país mais justo, próspero e fiscalmente equilibrado.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO ACÁCIO FAVACHO (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

O governo federal anunciou que enviará ainda essa semana para a Câmara dos Deputados, o texto da regulamentação da reforma tributária.

Segundo o Ministro da Fazenda, a matéria será enviada em dois textos. O primeiro cria a Contribuição Sobre Bens e Serviços (CBS), imposto federal; e o Imposto Sobre Bens e Serviço (IBS), imposto local, de estados e municípios.

Alíquotas sobre produtos e serviços, como a cesta básica, também estarão neste primeiro texto. Já o segundo projeto, que deve ficar pronto em 10 dias, vai tratar do Comitê Gestor do IBS e de outros aspectos mais administrativos.

Diante dessa informação, ressalto tratar-se de um tema crucial para o nosso país: a continuidade da reforma tributária. É com convicção e comprometimento que defendo que devemos avançar, sem hesitação, nesse processo de transformação do nosso sistema fiscal.

Primeiramente, é importante reconhecer o progresso que já foi alcançado até o momento. As etapas iniciais da reforma trouxeram avanços significativos, com a simplificação de tributos e a busca por maior equidade. Esses são passos importantes que não devem ser interrompidos.

Continuar a reforma tributária não se trata apenas de mudanças, mas também de estabilidade e previsibilidade para o ambiente de negócios. Empresas precisam de regras claras e constantes para investir e crescer. É nosso dever assegurar esse ambiente propício ao desenvolvimento econômico.

No cenário global, a competitividade é uma realidade que não podemos ignorar. Uma reforma tributária contínua e bem planejada nos coloca em um patamar mais atrativo para investidores estrangeiros, estimulando o crescimento econômico e a criação de empregos.

A reforma também é uma oportunidade para promover um equilíbrio fiscal sustentável. Precisamos arrecadar de forma justa, sem sufocar a atividade econômica. Isso significa encontrar o ponto certo onde a arrecadação é eficiente, mas não prejudicial ao crescimento.

Mais do que nunca, o Brasil precisa de um sistema tributário transparente e eficiente. Isso não apenas fortalece a confiança dos cidadãos e das empresas, mas também facilita a vida de todos. Uma reforma contínua nos levará a um sistema mais claro, onde todos possam entender e cumprir suas obrigações.

E, é claro, devemos garantir que qualquer mudança tributária proteja os mais vulneráveis da nossa sociedade. Mecanismos para aliviar a carga sobre os mais pobres e manter programas sociais importantes são fundamentais nesse processo.

O Presidente Lula, tem cobrado da área econômica, que os projetos de regulamentação da reforma, sejam coerentes com as políticas sociais do governo e que seja prioridade, beneficiar as camadas mais baixas da população brasileira. Esse é um dos temas

que defenderemos com toda a nossa garra.

Portanto, conclamo a todos os envolvidos neste processo, do Congresso Nacional aos representantes do Executivo, para que continuemos com determinação e comprometimento esta jornada. Não podemos retroceder diante dos desafios. O futuro do nosso país está em jogo.

Vamos juntos, unidos em um propósito comum, avançar na reforma tributária. Um Brasil mais justo, mais próspero e mais equilibrado fiscalmente está ao nosso alcance. Sigamos em frente, com coragem e determinação.

Era o que tinha a dizer, Senhor Presidente e nobres colegas, muito obrigado.

Documento 4/11

68.2024	Sessão Ordinária - CD	24/04/2024-17:28
Publ.: DCD - 25/04/2024 -	Merlong Solano-PT -PI	
	BREVES COMUNICAÇÕES	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

O Deputado celebrou o panorama otimista da indústria automobilística nacional, contrastando com a crise enfrentada em anos anteriores, sobretudo com a saída da montadora Ford do Brasil. Elogiou a política econômica do Governo Lula e do Ministro Fernando Haddad, que atraiu investimentos bilionários de onze grandes montadoras, especialmente devido ao Programa Mobilidade Verde e Inovação (Programa Mover) e à redução da carga fiscal da indústria graças à reforma tributária aprovada. Além disso, ressaltou o potencial brasileiro para a transição energética, com destaque para a energia solar e eólica, e elogiou a queda da taxa básica de juros. Por último, enfatizou a importância da previsibilidade, confiança, planejamento e credibilidade da política industrial do Governo para o crescimento econômico contínuo do País, corroborado pelas projeções otimistas do Banco Central.

O SR. MERLONG SOLANO (Bloco/PT - PI. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Pompeo de Mattos, colegas Deputadas e Deputados, em janeiro de 2021, o Brasil foi impactado pela notícia de que a montadora Ford deixaria o nosso País. Uma tradicional montadora norte-americana, há décadas produzindo no nosso País, anuncia a decisão de deixar o nosso País em janeiro de 2021.

E, já nos anos anteriores, as montadoras vinham sofrendo dificuldades, com demissões, paralisações das linhas de produção, redução do mercado consumidor. Essa situação agravava o quadro econômico do nosso País, porque as montadoras são a ponta de lança de uma cadeia produtiva muito ampla,

muito extensa, que se estende por todo o Brasil.

Passados 3 anos, o quadro, a partir do fim de 2023 e durante este ano de 2024, mudou de forma radical, mudou da água para o vinho. Nada menos do que 11 grandes montadoras, Sr. Presidente, anunciaram investimentos bilionários no Brasil. Investimentos esses que, a partir deste ano de 2024, chegando até 2030, atingem a cifra de quase 130 bilhões de reais. Montadoras como a Toyota, a Volkswagen, a Hyundai, a Renault, a BMW, a Nissan, a Honda e outras, são 11 grandes montadoras, anunciaram investimentos maciços na indústria automobilística brasileira a partir deste ano de 2024.

O que mudou, Sr. Presidente, colegas Deputadas e Deputados, de 2021 para 2023 e 2024? O que leva a indústria automobilística do mundo a ter essa onda de otimismo em relação ao Brasil? Mudou fortemente a questão da condução da economia brasileira a partir da aposta do nosso Presidente Lula, como Presidente da República, e do nosso Ministro Fernando Haddad, como Ministro da Fazenda do nosso País.

As palavras que mais explicam o que está acontecendo no Brasil na indústria automobilística e em outros setores econômicos, que respondem pelo crescimento do PIB no Brasil sempre acima das expectativas, são: confiança e credibilidade.

O mundo empresarial olhou para o Brasil e enxergou um governo que tem planejamento, que tem política industrial, na qual está disposto a investir 300 bilhões de reais, que tem política de modernização do nosso parque de produção de automóveis, de caminhões e de ônibus, com vistas a reduzir a inflação, o Programa Mover. Credibilidade e confiança perante o mundo e perante o próprio Brasil: essas duas palavras estão fazendo com que os empresários desengavetem seus projetos de investimento no Brasil.

Além disso, Sr. Presidente, também quero destacar a questão da reforma tributária, que nós aprovamos aqui nesta Casa e reduz muito o ônus pesado que se abate no atual sistema tributário sobre a indústria brasileira. A reforma tributária que nós aprovamos aqui e que vamos regulamentar logo, logo é uma reforma que incentiva a reindustrialização do Brasil.

O mundo olha para o Brasil, Sr. Presidente, e também vê que o Brasil tem todas as condições de fazer a transição energética de maneira muito mais eficaz do que os países mais ricos do mundo. Sol em abundância, vento em abundância — a indústria da energia solar e da energia eólica está em franca expansão no nosso País, inclusive no meu Estado do Piauí, que participa ativamente deste processo — e capacidade de produzir hidrogênio verde totalmente sustentável, a partir da utilização da energia do sol e do vento na produção desse hidrogênio verde, são fatores que explicam esse processo de desenvolvimento que vemos na indústria automobilística brasileira.

Quero destacar também a importância que teve, a partir do fim do ano passado,

a tendência de queda da taxa básica de juros da SELIC, que saiu de 13,75%, está em 10,25% e poderá chegar ao fim do ano a 9%. Esse é um processo que tem impacto positivo sobre a confiança dos empreendedores econômicos.

É este o caminho, Sr. Presidente, que nós precisamos seguir no Brasil: previsibilidade, respeito aos contratos, planejamento econômico, ajuste fiscal que não inviabilize a capacidade de investimento do poder público, como estamos fazendo. Com tudo isso, acredito fortemente que o Brasil vai continuar crescendo, como atesta o *Boletim Focus* do Banco Central desta semana, que teve de aumentar de novo suas projeções para o nosso crescimento do PIB, que já está passando de 2% nas estimativas do Banco Central.

Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade. Peço a V.Exa. que meu pronunciamento seja utilizado nas redes de comunicação da Casa.

Documento 5/11

68.2024	Sessão Ordinária - CD	24/04/2024-18:24
Publ.: DCD - 25/04/2024	Rubens Pereira Júnior-PT -MA	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou a entrega da regulamentação da reforma tributária ao Presidente Arthur Lira pelo Ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Ressaltou a importância de simplificar, desonerar e promover justiça tributária no Brasil. O Presidente Lira se comprometeu a debater e aprovar a regulamentação antes do recesso de julho. O Deputado enfatizou a urgência da medida para o país.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (Bloco/PT - MA. Sem revisão do orador.) - Presidente, quero só registrar a presença do nosso Ministro Fernando Haddad, que trouxe a regulamentação da reforma tributária e a entregou ao Presidente Arthur Lira no Colégio de Líderes. Trata-se de algo que é esperado há muito tempo, porque o nosso sistema tributário é anacrônico, é burro, é regressivo, é confuso. Agora temos como objetivos simplificar, dar transparência, desonerar os investimentos, ajudar o consumo dos mais pobres com eficiência e justiça tributária.

O Presidente Lira disse que vai definir a forma e o calendário, que vai haver debate todos os dias. O desafio é aprovar a regulamentação da reforma tributária antes do recesso do mês de julho, portanto, ainda no primeiro semestre. Esta é uma data histórica.

O Brasil tem pressa. Vamos regulamentar já a reforma tributária!

Documento 6/11

68.2024	Sessão Ordinária - CD	24/04/2024-18:32
Publ.: DCD - 25/04/2024 -	Bohn Gass-PT -RS	
	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado relembrou a aprovação da reforma tributária no ano anterior e destacou o encaminhamento dos processos de regulamentação pelo Presidente Lula e seu Ministro Haddad. Expressou determinação em votar a regulamentação no primeiro semestre, destacando a importância de cobrar no destino em vez da origem, visando acabar com a guerra fiscal e beneficiar os Municípios onde ocorrem as compras e o consumo. Enfatizou o compromisso do Presidente Lula e do Ministro Haddad com esse protocolo, ressaltando a necessidade de debater o tema com a sociedade e aprová-lo no Parlamento.

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, no ano passado, nós aprovamos aqui a reforma tributária. Hoje, o Presidente Lula, por meio do seu Ministro Haddad, encaminha, sobre o que votamos no ano passado, os processos de regulamentação. Eu acompanhei esta entrega nesse momento e, assim como ousamos aprovar no ano passado um processo importante da reforma tributária, vamos ousar também para que, no primeiro semestre — Deputado Reginaldo Lopes, V.Exa. acompanhou tão de perto este tema —, possamos votar esta regulamentação.

Há um aspecto importantíssimo: se passarmos a cobrar no destino, não na origem, estaremos acabando com o tema da guerra fiscal e beneficiando os Municípios, que é onde as pessoas compram e consomem. Isso é muito importante.

Este é mais um compromisso do Presidente Lula e do Ministro Haddad, que hoje fazem esse protocolo. Acompanhamos esse protocolo na Casa. O compromisso, agora, é fazer o debate com a sociedade e aprová-lo, obviamente, neste Parlamento.

Um grande abraço.

Documento 7/11

68.2024	Sessão Ordinária - CD	24/04/2024-18:40
---------	-----------------------	------------------

Publ.: DCD - 25/04/2024 Reginaldo Lopes-PT -MG
 -

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado elogiou a entrega do Projeto de Lei Complementar (PLP) que regulamenta o novo sistema tributário ao Congresso, creditando o êxito ao Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ao Secretário da Reforma Tributária, Bernard Appy e ao Presidente Lula. Destacou as medidas previstas no PLP para promover justiça tributária, reduzir o preço dos alimentos e estimular o crescimento econômico, prevendo um aumento significativo do PIB e da renda per capita nos próximos anos.

O SR. REGINALDO LOPES (Bloco/PT - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente, quero registrar no dia de hoje a entrega da lei complementar de regulamentação do nosso novo sistema tributário. Parabenizo o nosso Ministro Fernando Haddad, que coordenou todo esse processo, o Bernard Appy, Secretário da Reforma Tributária, e o Presidente Lula por esta ousadia de entregar, em tempo recorde, a esta Casa essa regulamentação.

Nós vamos fazer com que o País avance muito! Vamos fazer justiça tributária. Vamos diminuir o preço dos alimentos. A cesta básica nacional terá alíquota zero. Teremos alíquota reduzida para alguns produtos alimentícios industrializados. Também tiraremos impostos da exportação, dos investimentos, o que vai permitir ao Brasil crescer como nunca.

Nós vamos crescer, nos próximos 10 anos, 20% do nosso PIB. Isso significa aumentar, com certeza, a renda *per capita* do povo brasileiro em 6 mil reais. Isso vai ativar muito o consumo e vai ajudar o Brasil a crescer.

Obrigado, Presidente. Fica o registro histórico na tarde de hoje.

Documento 8/11

68.2024 Sessão Ordinária - CD 24/04/2024-18:40

Publ.: DCD - 25/04/2024 Jilmar Tatto-PT -SP
 -

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado elogiou a entrega do Projeto de Lei Complementar (PLP) que é o

desdobramento da reforma tributária pelo Ministro Fernando Haddad, destacando sua importância para simplificar o sistema tributário e beneficiar o povo brasileiro. Enfatizou medidas como a redução de impostos sobre exportações, a isenção de impostos sobre produtos básicos e a diminuição de impostos sobre produtos industrializados de baixo custo. Expressou confiança na realização do debate e na votação ainda no primeiro semestre, prevendo avanços significativos para o país.

O SR. JILMAR TATTO (Bloco/PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a vinda do Ministro da Fazenda, Ministro Fernando Haddad, aqui simboliza o País que nós queremos e o debate que nós queremos fazer.

A entrega desta lei complementar, que é o desdobramento da reforma tributária feita no ano passado, sinaliza que o Brasil está indo no rumo certo. Nós podemos crescer de 10% a 20% do PIB pelo simples fato de desburocratizarmos a legislação tributária neste País, que é um inferno na vida de todas as pessoas que produzem, que pagam impostos, porque quem ganha com isso muitas vezes são os grandes escritórios de advocacia. Essa é a primeira grande medida à instituição do Imposto de Valor Agregado — IVA.

Segunda coisa importantíssima: nós vamos baratear os nossos produtos para exportação. O Brasil tem que ter competitividade lá fora. E, para isso, nós temos que diminuir os impostos de exportação para poder disputar, inclusive, com os outros países os nossos produtos, principalmente os produtos de valor agregado.

A terceira coisa, que considero a mais importante, é que esta lei complementar da reforma tributária zera os impostos para os produtos de primeira necessidade. Essa é uma medida fantástica, necessária, urgente. Essa sensibilidade só um Governo, como o do Presidente Lula, poderia ter, para dizer claramente que esses produtos da cesta básica não vão ter nenhum imposto agregado, nenhum outro imposto. Isso vai baratear cada vez mais os produtos da cesta básica.

A quarta questão, que é fundamental, é que os produtos industrializados, aqueles produtos que servem para a baixa renda, produtos de qualidade, produtos necessários, produtos essenciais para o povo brasileiro, também vão ter o imposto reduzido zerado.

Então, são medidas, Sr. Presidente, necessárias. E este debate vai acontecer aqui nesta Casa ainda neste primeiro semestre. Aliás, foi prometido, no ano passado, pelo Governo, que seria mandado, ainda no primeiro semestre, este projeto de lei complementar da reforma tributária. Está aqui o projeto e o Ministro fez questão de vir, dada a importância que tem esse projeto para o povo brasileiro.

Temos ainda o compromisso do Presidente Arthur Lira, desta Casa e dos

Líderes de votar, ainda no primeiro semestre, essa reforma. No Brasil, nos próximos anos, 2024, 2025, 2026, vamos entrar num outro universo, num outro patamar de desburocratização, de incentivo à produção, de fazer com que o povo possa consumir sem pagar impostos.

(Desligamento do microfone.)

O SR. JILMAR TATTO (Bloco/PT - SP) - Vou encerrar. Obrigado, Presidente Arthur Lira.

Não vai haver a cumulatividade dos impostos, dessa cadeia. Desde quando se produz, lá no início, a matéria-prima, até o consumo final, há um acúmulo de impostos. Isso vai acabar, e felizmente o Brasil vai entrar no universo dos impostos modernos, o povo vai ganhar com isso, e nós vamos nos tornar um dos dez países mais modernos, do ponto de vista da distribuição de renda, da arrecadação de impostos.

Documento 9/11

68.2024	Sessão Ordinária - CD	24/04/2024-19:56
Publ.: DCD - 25/04/2024 -	Neto Carletto-PP -BA	
	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou conquistas recentes, como o lançamento do Programa Acredita, do Programa Desenrola Brasil, que oferece crédito aos brasileiros, e o PERSE, beneficiando setores afetados pela pandemia. Enfatizou a importância dos programas habitacionais, como o Programa Minha Casa, Minha Vida – Entidades e o Programa Minha Casa, Minha Vida Rural que promovem dignidade e progresso. Elogiou a articulação dos Ministros de Estado e líderes de partido na aprovação de pautas econômicas, incluindo a reforma tributária. Chamou a atenção para os desafios enfrentados pela cidade de Eunápolis (BA), incluindo problemas de saúde e corrupção, instando a Justiça a agir com eficácia.

O SR. NETO CARLETTO (Bloco/PP - BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente. É uma honra falar, hoje, da tribuna desta Casa pela Liderança do Governo.

Nesta semana, o Governo lançou o Programa Acredita, que, na verdade, vai dar oportunidade aos brasileiros, vai dar crédito aos brasileiros.

O Programa Desenrola Brasil, que vem dando oportunidade para baianos,

baianas e pessoas de todo o nosso País, retirou milhões de pessoas da Serasa e fez com que elas pudessem pegar seus empréstimos, fazer investimentos, gerar renda e gerar empregos para nosso País.

Esta semana também foi importante nesta Casa, pois aprovamos o PERSE, programa que tem sido essencial para o setor de eventos, para o setor de turismo, para o setor de restaurantes e também de hotelaria. O projeto obteve consenso nesta Casa, por todos entenderem a importância de nós valorizarmos esses setores, que foram tão prejudicados durante a pandemia.

É importante também ressaltar o lançamento, na semana passada, do Programa Minha Casa, Minha Vida – Entidades e do Programa Minha Casa, Minha Vida Rural. Esse programas, com certeza, vão permitir a retomada da construção de mais de 180 mil casas em nosso País. Somente no nosso Estado da Bahia, serão mais de 18 mil unidades. Com certeza, é mais dignidade, é mais atenção às pessoas que mais precisam do seu político, do seu Deputado, do seu Prefeito, do seu Vereador.

É uma honra fazer parte de um projeto político que pensa nas pessoas, que acredita nos brasileiros, que quer ver o desenvolvimento deste País, que quer ver o progresso do nosso País.

É importante também ressaltar que as pautas econômicas vêm avançando muito, graças à capacidade que os nossos Ministros têm de articular com esta Casa. O nosso Líder José Guimarães, o nosso Ministro Rui Costa e também o Ministro Alexandre Padilha, com muita maestria, têm conduzido os trabalhos, o diálogo com esta Casa, fazendo avançar uma reforma tributária que há mais de 20 anos estava parada nesta Casa.

Quero também anunciar que participei hoje, às 17h30min, da entrega, por parte do Ministro Haddad, ao nosso Presidente Arthur Lira dos projetos de leis complementares que visam a regulamentar a reforma tributária, para, em breve, avançarmos nessa pauta tão importante para o nosso País. Essa reforma foi construída a muitas mãos pelos meus colegas Deputados e Deputadas, com o intuito de que quem tem menos pague menos e quem tem mais pague mais. Dessa forma, daremos mais oportunidade aos brasileiros e às brasileiras e faremos mais justiça para o nosso País. Este é o nosso papel como Parlamentares: ajudar os brasileiros e as brasileiras.

Queria, Presidente, chamar a atenção desta Casa, da Justiça do nosso País, de todos os órgãos responsáveis pela Justiça brasileira para a cidade de Eunápolis, no Estado da Bahia, que vem sofrendo muito nos últimos anos com o descaso na saúde. Há pessoas morrendo na fila do SUS.

A cidade hoje enfrenta problemas por ter uma gestão que não tem capacidade de conversar com os Governos Estaduais, com o Governo Federal. Por isso, pessoas vêm enfrentando dificuldades não só na saúde, mas na educação, na infraestrutura. A cidade, infelizmente, tem a sua marca nas páginas policiais,

por enfrentar acusações e denúncias de desvios de verba pública por ex-Prefeitos do Município, que precisam ser punidos, precisam responder na Justiça pelos crimes que cometeram. É isso que eu quero aqui cobrar.

Quero também a sua colaboração, querido amigo Deputado Cabo Gilberto Silva, que está aqui participando desta sessão, para punirmos os responsáveis e os gestores que não têm responsabilidade pelo nosso País, como aconteceu no Município de Eunápolis. Quero cobrar do Judiciário a efetividade nos mais de 100 processos que existem parados naquela Corte, para darmos retorno ao cidadão, ao contribuinte, ao pagador de impostos, que merece a nossa total dedicação, o nosso total apoio e o nosso total respeito. É para isso que aqui nós estamos. Foi para isso que nos elegeram Deputados e Deputadas: para cobrar as responsabilidades dos Vereadores, dos Prefeitos, dos Deputados Estaduais, dos Governadores e até mesmo do Presidente da República.

Gostaria, Presidente, de agradecer a oportunidade de falar da tribuna desta Casa, parabenizar V.Exa. pela condução da Mesa e desejar uma boa noite a todos.

Documento 10/11

68.2024	Sessão Ordinária - CD	24/04/2024-20:08
Publ.: DCD - 25/04/2024 -	Márcio Jerry-PCdoB -MA	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou a importância do momento para o País ao mencionar a apresentação dos Projetos de Lei Complementar da reforma tributária pelo Ministro Ferrando Haddad. Como o PLP nº 68, de 2024, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS) e dá outras providências. Reconheceu o esforço da equipe ministerial e enalteceu o papel do Presidente Arthur Lira na condução dessa pauta econômica crucial.

O SR. MÁRCIO JERRY (Bloco/PCdoB - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidenta, boa noite. Muito obrigado.

Eu não poderia deixar que a sessão da Câmara dos Deputados se encerrasse hoje sem fazer uma referência a um acontecimento de muita importância para o nosso País.

O Ministro Ferrando Haddad trouxe hoje a esta Casa os projetos de lei complementar da reforma tributária. Vamos dar sequência aqui a um trabalho fundamental para o nosso País. Já aprovamos a reforma tributária e vamos

agora aprovar as leis complementares para que tenhamos um sistema realmente justo, simplificado, que faça com que nós possamos, nas próximas décadas, ter realmente justiça fiscal tributária no Brasil.

Quero aqui, mais uma vez, deixar registrada a importância que teve o trabalho da equipe do Ministro Ferrando Haddad e também o esforço aqui da Casa. Quero também cumprimentar o Presidente Arthur Lira, que tem também tido um papel destacado nesta pauta econômica fundamental para o Brasil.

Muito obrigado.

Documento 11/11

68.2024	Sessão Ordinária - CD	24/04/2024-20:58
Publ.: DCD - 25/04/2024 -	Capitão Alberto Neto-PL -AM	
	ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

O Deputado celebrou o Dia do Trabalho, destacando o histórico das conquistas dos direitos dos trabalhadores, especialmente a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Elogiou a reforma trabalhista do Governo Temer e ressaltou o crescimento do setor terciário. Além disso, expressou preocupação com a reforma tributária, especialmente em relação à carga tributária sobre o setor de serviços, e defendeu a implementação de mecanismos para incentivar a produtividade nesse setor. Por fim, reiterou seu compromisso com a defesa dos direitos trabalhistas e parabenizou tanto os trabalhadores quanto os empresários.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO CAPITÃO ALBERTO NETO (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).

O Sr. CAPITÃO ALBERTO NETO (PL-AM) pronuncia o seguinte discurso: Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, aqui venho expressar com muita satisfação minha homenagem a todos os trabalhadores, pela passagem do Dia do Trabalho, comemorado no dia 1º de maio.

O Dia do Trabalho celebra especialmente as conquistas e avanços obtidos pelos trabalhadores desde o século XIX, época em que as condições de trabalho eram extremamente precárias e as jornadas de trabalho extenuantes, sem direito a folga nem a remunerações adicionais.

Graças à luta e às reivindicações dos trabalhadores, os governos estabeleceram legislações que pudessem atender às demandas trabalhistas em um meio-termo, cuidando para beneficiar trabalhadores e evitar prejuízo para empresários e industriais provedores de serviços.

No Brasil, a legislação trabalhista foi aprimorada entre os anos de 1943 e 1945, pelo Presidente Getúlio Vargas, que sistematizou as leis existentes na Consolidação das Leis do Trabalho, a chamada CLT, instituiu a carteira de trabalho, o salário-mínimo e a Justiça do Trabalho, um marco na nossa história.

Em 2017, o Presidente Michel Temer, juntamente com o Parlamento, buscando modernizar e adequar o País às regras trabalhistas internacionais, aprovou uma reforma abrangente, com o objetivo de regularizar as contas públicas e criar um ambiente competitivo para os empresários brasileiros.

Logo no final de 2022, passados os primeiros efeitos da pandemia, a reforma começou a dar frutos. A taxa média de desemprego no País caiu de 15%, em março de 2021, para 8%, em dezembro de 2022.

Nessa recuperação, o setor terciário, que abrange as atividades de comércio e serviços, foi o segmento que mais cresceu, marcando a consolidação do processo de desenvolvimento econômico sustentável do Brasil.

Aliás, o setor de serviços é responsável por cerca de 70% do Produto Interno Bruto brasileiro, e merece cada vez mais a atenção dos formuladores de políticas econômicas.

Nesse contexto, senhoras e senhores, preocupa-me o encaminhamento que está sendo dado à reforma tributária. Precisamos olhar com atenção para os serviços, criando mecanismos para estimular as atividades produtivas nesse setor.

Dependendo da carga tributária estabelecida, poderão ocorrer demissões e aumento da informalidade, com grandes prejuízos para os trabalhadores brasileiros.

Esta Casa precisa se manter atenta às novas regulações e proteger a população contra possíveis ataques aos salários e ameaça de demissões. Afinal, o labor é inerente à manutenção da dignidade da pessoa, e não pode ser banalizado por uma reforma que traz um cenário de incertezas e suscita inúmeras dúvidas aos empregados e empregadores.

Dito isto, enfatizo que é tempo de parabenizar aqueles que trabalham e empregam, contribuindo para construir um país melhor.

Muito obrigado.

FONTES

1. Queda do desemprego no Brasil: [https://www.poder360.com.br/economia/taxa-de-desemprego-fica-estavel-em-76-em-janeiro/#:~:text=A%20taxa%20de%20desemprego%20do,novembro%2C%20dezembro%20e%20janeiro\).](https://www.poder360.com.br/economia/taxa-de-desemprego-fica-estavel-em-76-em-janeiro/#:~:text=A%20taxa%20de%20desemprego%20do,novembro%2C%20dezembro%20e%20janeiro).)

2. Impacto do setor de serviços no Brasil: <https://exame.com/esferabrasil/reforma-tributaria-pode-impactar-negativamente-o-setor-de-servicos-saiba-como/>
